

---

A IR é a organização dos trabalhadores reformados da CGTP. A IR representa reformados de uma meia centena de sindicatos e federações sindicais de várias actividades: serviços, saúde, educação, metalurgia, indústria farmacêutica, transportes, etc. e de várias outras actividades da produção. Temos uma organização sólida que foi e é capaz de mobilizar os reformados para as lutas que a sua condição e o agravamento das suas condições de vida, causado pelas medidas políticas de austeridade e de empobrecimento, provocam. Todos os camaradas reformados aqui presentes têm uma perspectiva de luta de massas e de luta de classe.

Primeiro vou reflectir sobre a situação social dos reformados em Portugal e sobre as respectivas reivindicações nos últimos anos. A União Europeia com as suas políticas neoliberais, aplicadas indistintamente aos seus estados membros, em particular aos países economicamente mais frágeis, conduziu os povos à pobreza. É nos países que sofreram a intervenção da troika, como Portugal, que as desigualdades sociais, a degradação das pensões e a repartição da riqueza mais se acentuaram. Estas políticas contribuíram para a degradação das condições de vida dos reformados e para o desmantelamento das funções sociais do estado (saúde, educação e segurança social). Puseram em causa os direitos dos actuais reformados, dos que estão próximos da reforma e das futuras gerações.

Com a troika, o número de desempregados aumentou de 600.000 para mais de 1 milhão e 200 mil; meio milhão de Portugueses imigraram à força, empurrados por razões óbvias. Durante a intervenção da troika cerca de 600 000 crianças foram privadas do subsídio de rendimento mínimo, mais de de 165.000 pessoas ficaram sem o subsídio de inserção social e 20.000 pessoas idosas viram-se privadas de complemento de solidariedade.

A União Europeia federalista, militarista e neoliberal, construída por governos ao serviço do grande capital e com instrumentos como Semestre Europeu, Governação

Económica, Tratado Orçamental, etc.) ataca em força todos os direitos dos trabalhadores, dos reformados e dos povos. Nós, entre os países que mais sofreram com as medidas de austeridade, sabemos bem que para este pólo do sistema capitalista os direitos dos trabalhadores são um alvo a abater. E evidentemente as pensões dos reformados.

É por isso essencial que as organizações sindicais e os reformados tenham posições firmes de luta pela defesa dos direitos sociais, nomeadamente as pensões, pela defesa dos serviços públicos, da protecção social, de outras funções sociais do estado, da democracia e da soberania nacional. Foi graças à luta dos trabalhadores e trabalhadoras que uma nova correlação de forças veio substituir o governo de direita e foram ainda eles que obrigaram a que houvesse uma reposição de alguns direitos; que fossem subidas as pensões mais baixas. Não temos dúvidas de que se não fossem os trabalhadores nas ruas e nas empresas, enquadrados pela CGTP, não teria sido possível a nova situação política, nem os avanços, ainda que insuficientes, que têm sido alcançados. É necessário ir mais longe mas o governo minoritário do PS, preso à sua opção de classe e à sua subserviência aos instrumentos da UE (Semestre Europeu, Tratado orçamental, etc...) não revoga as normas gravosas da legislação laboral nem responde ao que é estrutural e compromete o presente e o futuro.

Na sequência das eleições legislativas de Outubro de 2015, existe hoje em Portugal um governo do Partido Socialista que fez acordos com os três partidos à sua esquerda. É uma solução política que permitiu derrotar a coligação de direita e abrir, para os trabalhadores e o povo em geral, uma outra perspectiva de luta contra a austeridade, apesar da solução política ter limitações evidentes incluindo as pressões do grande capital e das instituições europeias as quais vão continuar.

É preciso continuar a luta para poder continuar a recuperar das pesadas perdas mas também avançar para novas conquistas sociais para os reformados, para os trabalhadores, para o povo português. A IR/CGTP-IN reivindica, entre outras coisas:

um sistema público de segurança social, universal e solidário; a defesa do Serviço Nacional de Saúde e cumprimento do direito à saúde; o aumento imediato de pensões a fim de atenuar a perda do poder de compra.

Para lutar por estes objectivos os reformados da IR organizam frequentemente manifestações, distribuições de propaganda, divulgando as suas reivindicações junto da opinião pública, tribunas públicas, conferências... Uma das grandes dificuldades que encontram é a intoxicação feita pela comunicação social, particularmente pela TV, que adultera e mente, sem contraditório, acerca das justas lutas dos trabalhadores.

Em 2017, as pensões mais baixas tiveram aumentos, mas as pensões superiores a 680€ não tiveram. Este ano, finalmente as pensões, TODAS, vão ter um aumento. Tinha ficado aprovado, durante os negros anos da troika que só haveria aumento das pensões se e quando houvesse crescimento económico. Uma péssima medida para os reformados. No entanto este ano vai possibilitar que todas as pensões tenham um aumento igual ao da inflação; as mais baixas subirão mais de 10€. Tudo isto se deve ao facto de os partidos que vão viabilizando a solução política encontrada obrigarem o PS a inscrever essas medidas no OE para 2018.

Por cá muito se tem falado de envelhecimento activo, mais uma das “preocupações” da política neo liberal da UE. Desde o início desta década, passou a haver discussão, produção de pensamento sobre o conceito de envelhecimento activo, muito particularmente desde que a U.E. declarou 2012 como o ano do envelhecimento activo. Muito se escreveu, debateu mas concluiu-se sempre o mesmo: para o pensamento actualmente dominante, para a UE, o envelhecimento activo significa essencialmente trabalhar até mais tarde. Para a CGTP e evidentemente para a IR, envelhecimento activo e solidariedade entre as gerações são duas faces de uma só realidade. Temos tentado contrariar a comunicação de massas e os fazedores de opinião que veiculam ideias alarmantes: “as sociedades estão a envelhecer, a

fecundidade está em queda, as pensões estão em risco, ou seja, enfrentamos uma “bomba demográfica” e por isso a população activa tem de suportar o “fardo” das pensões, que consomem cada vez mais riqueza, já que uma “sociedade dos mais velhos” é cada vez menos produtiva. Temos tentado demonstrar quão falsas, simplistas e manipuladoras são estas mensagens. Eles não dizem, por exemplo, que os jovens de hoje têm menos filhos, entre outras causas, porque têm menos recursos, já que se confrontam com mais precariedade e com a instabilidade do futuro; que os trabalhadores descontam sobre os seus salários para garantir as suas pensões; que as sociedades são mais e não menos produtivas. Ora as mesmas instituições europeias que defendem o envelhecimento activo e a solidariedade entre as gerações aplicam políticas de austeridade que destroem empregos, provocam o aumento das desigualdades sociais, da pobreza e da exclusão, promovem o individualismo em nome dos mercados, impõem o aumento da idade legal da reforma e o retrocesso, atacam as pensões e não dignificam os trabalhadores mais velhos, como se faz no recente Livro Branco, publicado em Março deste ano em Bruxelas. A mensagem de fundo do Livro Branco sobre as pensões é que tem de se trabalhar até mais tarde, incluindo nas profissões de desgaste rápido.

O que a IR defende neste campo: na verdade, ser “activo” não é apenas estar em boas condições físicas ou integrar a força de trabalho. A finalidade da existência não é trabalhar mas ter bem-estar, qualidade de vida.

Sem a criação de empregos para todos e todas não há envelhecimento activo.

Sem Serviço Nacional de Saúde, com serviços de proximidade de qualidade, não há envelhecimento activo.

Sem uma acção universal e respeitada das ACT (Autoridade para as condições de trabalho), não há envelhecimento activo.

Sem um ambiente limpo e saudável não há envelhecimento activo.

O posicionamento da União Europeia (UE) visando impedir a reposição e conquista de direitos e rendimentos pelos trabalhadores, reformados e pensionistas portugueses demonstra o carácter anti-democrático dos instrumentos por ela invocados e dos objectivos visados: a exploração e o empobrecimento. Mostra como a luta em defesa de direitos e aspirações de quem trabalha ou trabalhou é indissociável da luta pelo fim dos instrumentos de domínio supranacional da UE e pela recuperação das parcelas de soberania sem as quais a justiça social e o direito ao desenvolvimento do nosso povo e do nosso país não serão concretizados.

Para a IR, cabe aos reformados desempenhar um papel activo na solidariedade, na cooperação e na unidade na acção em defesa dos interesses, direitos e aspirações dos reformados, pensionistas e idosos em estreita cooperação com os camaradas no activo; cabe-nos envolver-nos nas suas lutas que são as nossas como estas devem ser as deles. Cabe-nos envolver-nos nas organizações sindicais porque somos também nós os sindicatos. Sem sindicalizados não há sindicatos e daí desenvolvermos trabalho no sentido de que se constituam comissões de reformados nos sindicatos. Já não temos carreiras e direitos laborais para reivindicar, mas temos essa enorme reivindicação: uma aposentação digna e devidamente enquadrada financeiramente e ao nível da saúde, da formação contínua, do reconhecimento de plena cidadania. E sabemos que, se não o fizermos, ninguém o fará por nós.

Finalmente: duas palavras acerca da organização, para além do que já se subentendeu do que foi dito: os sindicatos e o movimento unitário indicam os reformados para a DNIR. Nela estão representados quase todos os sindicatos. Em cada distrito também os reformados dos vários sindicatos têm um grupo que lidera os reformados nessa zona geográfica e procura fazer circular a informação e mobilizá-los para as lutas decididas a nível nacional: são as uniões de sindicatos. Então dentro da DNIR, há uma comissão permanente que reúne em média quinzenalmente. A DNIR reúne geralmente 5 ou 6 vezes por ano.

A nível internacional, a IR está na FERPA; a CGTP está na CES. Participamos nas reuniões (geralmente 2 por ano). Nessas reuniões dizemos sempre o que pensamos, livremente, reagindo aos temas em discussão, sem intervenções escritas. Apenas o fazemos nos congressos. Nunca abdicaremos da nossa liberdade de pensar os problemas dos trabalhadores e reformados do nosso país sem evidentemente esquecer a solidariedade com os povos do mundo que lutam pela liberdade e pela defesa dos trabalhadores contra a pressão do capital internacional, sem esquecer a solidariedade com os povos oprimidos que lutam pela sua dignidade, sem esquecer a solidariedade na defesa intransigente da paz, contra a Nato, por um mundo mais tranquilo, mais limpo e mais pacífico.

Quanto à FSM, a CGTP segue com atenção, interesse e solidariedade as acções da FSM e claro da PyJ, através da IR: estivemos no 1.º Congresso da PyJ, em Barcelona. Estivemos na 1.ª Conferência dos PyJ, na Dinamarca. Defendemos a solidariedade internacional no respeito pela organização, pelo funcionamento e enquadramento político de cada país. No último congresso da CGTP, em 2016, foram estas as linhas orientadoras aprovadas.

Lisboa, IR-CGTP, 11 de Dezembro de 2017